



LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO

8730101 - ORFANATOS

(*) Documento obrigatório

DOCUMENTAÇÃO BÁSICA

- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J)*
- Contrato Social ou Ato Constitutivo registrado na junta comercial (nesse documento deverão estar claramente explícitos os objetivos das atividades que forem requeridas)*
- Dados do Coordenador/profissional de nível superior (formação mínima) responsável pelo atendimento do serviço*
- Termo de Responsabilidade Técnica do serviço de alimentação, preenchido, datado e assinado pelo responsável técnico*
- Apresentar o Cadastro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, especificando os regimes de atendimento (Art. 90 e Art. 91 § 1 ECRIDAD)*
- Apresentar Termo de Colaboração, se possuir parcerias entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil*
- Apresentar Projeto Político-pedagógico/Plano de Trabalho*
- Apresentar planilha de atividades ofertadas e a frequência*
- Declarar a Capacidade de Atendimento da Instituição de Acolhimento, informar por gênero e faixa etária*
- Declarar a forma de admissão/ingresso das crianças e/ou adolescentes acolhidos*
- Declarar a quantidade das crianças e/ou adolescentes por: faixa etária, forma de ingresso, tempo de permanência na instituição e condição que necessite de cuidado especial e/ou portador de necessidade especial*
- Apresentar relação de pessoal com RG, função e número do conselho de classe*
- Apresentar o certificado do curso de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos*
- Protocolo de remoção das crianças e /ou adolescentes acolhidos, quando da necessidade da continuidade da assistência em situações de intercorrências clínicas. Caso o serviço de remoção seja terceirizado, apresentar contrato de terceirização e licença sanitária.*
- Em caso de terceirização de algum serviço, anexar cópia do referido contrato, todas as responsabilidades devem estar descritas
- POP de Limpeza Geral.
- POP do Processamento de roupas
- Apresentar o Manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos*
- Comprovante de execução de controle integrado de vetores e pragas urbanas, assim como a cópia da licença sanitária da empresa que executou o serviço*
- Laudo de análise microbiológica da água e cópia da licença sanitária do laboratório que executou a análise
- Laudo físico-químico da água, caso utilizem solução alternativa: Poço ou Carro Pipa e cópia da licença sanitária do laboratório que executou a análise

ENGENHARIA

OUTROS ANEXOS

Procuração

BASE LEGAL

- LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009 - Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.
- LEI Nº 13.257, DE 08 DE MARÇO DE 2016 - Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.
- LEI Nº 13.509, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre adoção e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- LEI Nº 14.950, DE 02 DE AGOSTO DE 2024 - Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde.
- DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016 - Regulamenta a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.